

PROCESSO TCE Nº 128.721  
ENTIDADE: Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC  
NATUREZA: Controle Externo  
OBJETO: Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC, referente ao exercício de 2017.  
RESPONSÁVEL: Carlos Afonso Cypriano dos Santos  
RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias  
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## ACÓRDÃO Nº 11.921/2020

### PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE – JUCEAC, EXERCÍCIO DE 2017. REGULAR COM RESSALVA. NOTIFICAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, *na 1405ª Sessão Plenária Ordinária Virtual*, **por maioria**, nos termos do **voto vencedor** do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro: **1)** Por julgar **REGULAR COM RESSALVA**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93 a Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC, do exercício de 2017, sob responsabilidade do Sr. **Carlos Afonso Cypriano dos Santos**, valendo como ressalva as falhas destacadas na execução dos Contratos no exercício de 2017; **2)** Pela notificação do interessado para conhecimento da decisão; e **3)** Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos quanto ao dano apurado de pequena monta ou baixa materialidade, com fulcro nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, e da insignificância. **Vencidos** o Conselheiro-Relator, seguido pelo conselheiro **José Augusto Araújo de Faria** que votaram nos seguintes termos: **1)** Pela irregularidade das Contas da Junta

Comercial do Estado do Acre, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do senhor Carlos Afonso Cypriano dos Santos, Presidente no período; **2)** Pelo arquivamento dos autos em relação à devolução dos valores de R\$ 525,00 e R\$ 814,88, atribuídos como dano ao erário, por ser de baixa materialidade, ou seja, pequena monta, dado pelo Tribunal em julgados anteriores; **3)** Pela aplicação de multa ao senhor Carlos Afonso Cypriano dos Santos, Presidente da Junta Comercial no período, com fundamento no inciso 2º, do artigo 89, no valor de R\$ 3.570,00, em decorrência das graves infringências às normas legais, dando-lhe um prazo de 30 (trinta) dias para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **4)** Pela notificação dos responsáveis acerca do teor dessa decisão e da origem acerca das falhas destacadas no âmbito da execução dos Contratos 04/2014 e 08/2016, as quais devem ser evitadas, nas próximas edições da matéria, sob pena de responsabilidade.

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC neste feito

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Voto Vencedor

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA<sup>1</sup>**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

---

<sup>1</sup> AUSÊNCIA DA ASSINATURA DO CONSELHEIRO JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA EM RAZÃO DE SEU FALECIMENTO, EM 12/07/2020, OCORRIDO ANTES DA LAVRATURA DO PRESENTE ACÓRDÃO.

PROCESSO TCE N° 128.721

ENTIDADE: Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Carlos Afonso Cypriano dos Santos

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

## RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre, exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Carlos Afonso Cypriano dos Santos**, Presidente da JUCEAC no período, **encaminhada** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 30/04/2018, portanto, **dentro do prazo** regulamentado no art. 2º, §2º, inciso II, alínea “h”, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

2. Por meio do Relatório Preliminar de Análise Técnica às fls. 2.856/2.888, a DAFO/3ªIGCE analisou a documentação encaminhada e ao final sugeriu a audiência do responsável, Sr. **Carlos Afonso Cypriano dos Santos**, do Secretário-Geral à época, Sr. **José Edson Figueiredo Dantas**, bem como da Procuradora Jurídica à época, Sra. **Flaviana Paiva da Silva** para apresentarem defesa em relação as seguintes irregularidades: **2.1.** Rol de responsáveis encaminhado pela Entidade ilegível, em descumprimento ao art. 1º, *caput*, da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.2.** Prorrogação do Contrato nº 04/2014, por meio do 3º aditivo, sem comprovada vantajosidade à Administração, em descumprimento ao art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93; **2.3.** Prorrogação do Contrato nº 09/2015, por meio do 2º aditivo que gerou dano injustificado ao Erário de R\$ 525,00 decorrente de ato antieconômico, conforme previsto no art. 51, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 (item 6.1.3 do Relatório); **2.4.**

Prorrogação do Contrato nº 12/2014, por meio do 5º Aditivo, sem comprovada vantajosidade à Administração, em descumprimento ao art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 (item 6.1.4 do Relatório); **2.5.** Prorrogação do Contrato nº 08/2011, por meio do 7º Aditivo, além do limite legal, em descumprimento ao art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 (item 6.1.6 do Relatório); **2.6.** Pagamento por serviços sem a contraprestação devidamente atestada decorrente do Contrato nº 08/2016, que gerou dano injustificado ao Erário de R\$ 15.520,85 decorrente de ato de gestão ilegítimo, conforme previsto no art. 51, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 (item 6.1.7 do Relatório); **2.7.** Manutenção do Contrato nº 08/2016, decorrente de processo de adesão irregular, em descumprimento ao art. 18, caput, do Decreto Estadual nº 5.967/2010 (item 6.1.7 do Relatório) e; **2.8.** Pagamento de multa e juros ao INSS, que gerou dano injustificado ao Erário de R\$ 818,88 decorrente de ato de gestão ilegítimo, conforme previsto no art. 51, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 (item 7.5 do Relatório).

**3.** Devidamente citados (fls. 2.891/2.898), o responsável juntamente com o Secretário-Geral e a Procuradora Jurídica da JUCEAC apresentaram, em conjunto, a Defesa com documentos de fls. 2.911/3.028.

**4.** Instada a se manifestar sobre a defesa apresentada, a DAFO/3ªIGCE elaborou o Relatório Conclusivo de Análise Técnica às fls. 3.031/3.038.

**5.** Por seu turno, o Ministério Público junto a este TCE manifestou-se às fls. 3.043/3.045 dos autos, em pronunciamento do Ilustre Senhor Procurador, Dr. João Izidro de Melo Neto.

**6.** Na forma regimental, o processo veio-me por distribuição (fl. 02).

**É o relatório.**

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

PROCESSO TCE N° 128.721

ENTIDADE: Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC, referente ao exercício de 2017

RESPONSÁVEL: Carlos Afonso Cypriano dos Santos

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

## VOTO

### O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS (Relator):

Trata o presente processo da Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre, exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Carlos Afonso Cypriano dos Santos**, Presidente da JUCEAC no período, **encaminhada** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 30/04/2018, portanto, **dentro do prazo** regulamentado no art. 2º, §2º, inciso II, alínea “h”, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A análise técnica preliminar realizada pela DAFO/3ªIGCE constatou as inconformidades anteriormente relatadas, razão pela qual foi determinada a citação do Presidente, do Secretário-Geral e da Procuradora Jurídica da JUCEAC para que apresentassem justificativas. Em seguida, apresentaram a defesa com documentos às 2.911/3.028 que foi analisada pela DAFO/3ªIGCE por meio do Relatório Conclusivo de Análise Técnica às fls. 3.031/3.038, concluindo que os argumentos e documentos apresentados pelos defendentes não foram suficientes para sanar todas as constatações da instrução inicial, razão pela qual propôs que sejam julgadas irregulares as contas, com imputação de multas e devolução solidária do dano ao erário ocasionado, em face das seguintes inconformidades:

1. Prorrogação do Contrato nº 09/2015, por meio do 2º Aditivo, que gerou dano injustificado ao Erário de R\$ 525,00 decorrente de ato antieconômico, conforme previsto no art. 51, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 (tópico 2.3);
2. Manutenção do Contrato nº 08/2016, decorrente de processo de adesão irregular, em descumprimento ao art. 18, caput, do Decreto Estadual nº 5.967/2010 (tópico 2.7);
3. Pagamento de multa e juros ao INSS, que gerou dano injustificado ao erário de R\$ 814,88 decorrente de ato de gestão ilegítimo, conforme previsto no art. 51, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 (tópico 2.8);

O Ministério Público Especial, por meio de Pronunciamento, opinou pela irregularidade das contas em análise, com fulcro na alínea “b”, do inciso III, do artigo 51 da LCE nº 38/1993.

Em face do exposto, **voto**:

1. Pela **Irregularidade** das Contas da Junta Comercial do Estado do Acre, exercício financeiro e orçamentário de 2017, de responsabilidade do Senhor **Carlos Afonso Cypriano dos Santos**, Presidente da JUCEAC no período, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em face das irregularidades descritas nos itens 1 a 3, deste voto;
2. Pelo **arquivamento** dos autos em relação a devolução dos valores de **R\$ 525,00** e de **R\$ 814,88**, atribuídos como dano ao erário, por ser baixa materialidade/pequena monta;
3. Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **Carlos Afonso Cypriano dos Santos**, Presidente da JUCEAC no período, com fundamento no inciso II, do artigo 89, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em decorrência das graves infringências às normas

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

legais apuradas, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas;

4. Pela **notificação** dos responsáveis acerca do teor desta decisão e da origem acerca das falhas destacadas no âmbito da execução dos Contratos nºs. 04/2014 e 08/2011, as quais devem ser evitadas nas próximas edições da matéria, sob pena de responsabilidade e de exasperação da análise em caso de reincidências, nos termos do art. 89, incisos IV e VII, da LCE nº 38/1993. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

**É como voto.**

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator



PROCESSO TCE Nº 128.721  
ENTIDADE: Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC  
NATUREZA: Controle Externo  
OBJETO: Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC, referente ao exercício de 2017.  
RESPONSÁVEL: Carlos Afonso Cypriano dos Santos  
RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias  
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## VOTO VENCEDOR

1. Tratam os autos da prestação de contas da Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC, exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor Carlos Afonso Cypriano dos Santos, Presidente à época;

2. Após o contraditório e ampla defesa, a análise técnica realizada pela DAFO constatou as inconformidades anteriormente relatadas restou pendente prorrogação do Contrato nº 09/2015, por meio do 2º Aditivo, que gerou dano injustificado ao Erário de R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais); Manutenção do Contrato nº 08/2016, decorrente de processo de adesão irregular, em descumprimento ao art. 18, caput, do Decreto Estadual nº 5.967/2010; Pagamento de multa e juros ao INSS, que gerou dano injustificado ao erário de apenas R\$ 814,88 (oitocentos e catorze reais e oitenta e oito centavos), totalizando **R\$ 1.339,88** (hum mil trezentos e trinta e nove mil e oitenta e oito reais) decorrente de ato de gestão ilegítimo, conforme previsto no art. 51, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993;

3. Quanto ao valor acima citado, a esse respeito, esse Tribunal de Contas já se pronunciou diversas vezes no sentido de não pedir a devolução de dano ao erário de baixa materialidade ou de pequena monta, conforme se observa

nos **Acórdãos 11.177/2019/Plenário, 11.412/2019/Plenário, 11.654/2019/Plenário e 11.681/2019/Plenário.**

4. Vale assinalar que existe uma divergência jurisprudencial entre o **Supremo Tribunal Federal (STF)** e o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** quanto ao reconhecimento e a aplicabilidade do princípio da insignificância aos delitos contra a Administração Pública, sua fixação deve levar em consideração a infração cometida, bem como sua gravidade e, ainda, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, além de seu efeito pedagógico, **VOTO:**

- 1) Por julgar **REGULAR COM RESSALVA**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93 a Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC, do exercício de 2017, sob responsabilidade do Sr. **Carlos Afonso Cypriano dos Santos**, valendo como ressalva as falhas destacadas na execução dos Contratos no exercício de 2017;
- 2) Pela notificação do interessado para conhecimento da decisão;
- 3) Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos, quanto ao dano apurado de pequena monta ou baixa materialidade, com fulcro nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, e da insignificância.

**É como Voto.**

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Voto Vencedor